



INFÂNCIAS E DESIGUALDADE: A ESCOLA PÚBLICA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E EXCLUSÃO NO BRASIL REPUBLICANO

Jair Gomes de SOUZA¹

1. INTRODUÇÃO

O estudo da infância no contexto da história da educação brasileira permite compreender as transformações sociais, políticas e culturais que moldaram o acesso à escola e a própria concepção de ser criança. No Brasil republicano (1889–1930), período marcado pela construção de um ideal de nação moderna, a escolarização das crianças foi apresentada como um instrumento civilizatório e moralizador. A escola pública surgiu, assim, como espaço de formação dos futuros cidadãos, mas também como instrumento de controle social e disciplinamento das classes populares. Nessa ambivalência entre emancipação e normatização, a infância pobre e trabalhadora foi muitas vezes silenciada ou invisibilizada pelas políticas educacionais da época.

Compreender esse processo histórico é essencial para revelar como as desigualdades sociais e raciais se enraizaram nas práticas escolares e nas representações da infância. A escola, que deveria ser um espaço de inclusão e mobilidade social, tornou-se, em muitos casos, um local de reforço das hierarquias sociais e raciais, excluindo justamente aqueles a quem prometia educar. Por outro lado, mesmo diante das condições adversas, as crianças das camadas populares criaram formas de resistência, reinventando significados para a escola e participando ativamente da construção de suas próprias trajetórias educativas.

A relevância desta pesquisa está em problematizar a escola pública brasileira como um espaço simultaneamente de resistência e exclusão, evidenciando as contradições que atravessam o projeto republicano de educação. Além de contribuir para os estudos da História da Educação, o trabalho oferece subsídios para refletir sobre as permanências históricas das desigualdades educacionais que ainda marcam a infância no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as concepções de infância e os processos de escolarização no Brasil republicano, destacando como a escola pública se configurou como um espaço de resistência e, ao mesmo tempo, de exclusão social. Busca-se, ainda, compreender as estratégias de enfrentamento e os modos de existência das infâncias

¹ Doutorando em Educação, Bolsista CAPES, PPGE/UNIUBE, Uberaba, MG, Brasil. E-mail: jairgomesdesouza@gmail.com





subalternizadas, contribuindo para o debate sobre os direitos e a democratização do acesso à educação no país.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico-documental, voltada à análise das representações e práticas educativas relacionadas à infância e à escola pública no Brasil republicano. Essa perspectiva permite compreender como os discursos e as políticas educacionais contribuíram para a construção social da infância e para a consolidação de um modelo escolar excludente, ainda que permeado por resistências.

A pesquisa baseia-se na análise de fontes primárias e secundárias. Entre as fontes primárias, incluem-se leis, decretos, relatórios de inspetores de ensino, programas escolares e artigos publicados em periódicos educacionais do final do século XIX e início do XX. Essas fontes permitem observar como o Estado e os intelectuais da época concebiam a função da escola pública e o papel da criança na sociedade republicana. Como fontes secundárias, foram utilizados estudos e obras clássicas da História da Educação que discutem a formação do sistema escolar brasileiro e a relação entre educação, desigualdade social e construção da cidadania.

A coleta de dados foi realizada a partir de consultas em acervos digitais, como o da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de bases acadêmicas, incluindo Scielo e Google Scholar, priorizando documentos e publicações do período de 1889 a 1930. Após a coleta, procedeu-se à análise de conteúdo das fontes, buscando identificar as categorias centrais de exclusão e resistência que emergem nos discursos e práticas educativas do período.

A análise dos dados seguiu três etapas: (1) leitura contextual dos documentos, para situar o conteúdo em seu tempo histórico; (2) identificação de temas e enunciados recorrentes, relacionados à infância, pobreza, moral e cidadania; e (3) interpretação crítica, orientada pela perspectiva histórico-social da educação, articulando os resultados às contradições entre o ideal republicano de democratização do ensino e a persistência das desigualdades estruturais.

Portanto, os procedimentos metodológicos adotados buscam não apenas reconstruir o contexto histórico da infância e da escola pública no Brasil republicano, mas também evidenciar as dinâmicas de exclusão e as práticas de resistência que marcaram o cotidiano escolar e a trajetória das crianças das classes populares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO





A análise das fontes históricas e bibliográficas permitiu compreender que a escola pública brasileira, no contexto do Brasil republicano, constituiu-se como um instrumento político e ideológico fundamental para a consolidação do novo regime. Conforme assinala Cury (2001, 2010b), o discurso republicano vinculou a educação à ideia de cidadania, mas essa cidadania era restrita, marcada pelas contradições de uma sociedade ainda profundamente hierarquizada. A escola, embora proclamada como espaço de emancipação, tornou-se um dos mecanismos de legitimação das desigualdades sociais e raciais herdadas do período imperial.

O exame da Constituição de 1891 e de legislações educacionais correlatas evidencia a descentralização administrativa e a transferência de responsabilidades educacionais aos estados e municípios (Cavalcanti, 1983; Sucupira, 2005; Coser, 2009; Cury, 2010a). Essa configuração federativa, como observa Silveira (1978), produziu um sistema fragmentado e desigual, no qual a oferta de ensino primário variava amplamente conforme as condições locais. Assim, enquanto algumas capitais iniciavam projetos de modernização escolar, o interior e o meio rural permaneciam praticamente excluídos das políticas educacionais.

Os discursos pedagógicos e políticos analisados presentes em documentos como os relatórios de ensino e nas reformas de Ruy Barbosa (1947) — defendiam uma escola voltada à formação moral e cívica, alinhada à construção de uma “nação ordeira e trabalhadora”. Entretanto, como destacam Carvalho (1990) e Faoro (2008), esse ideal republicano sustentava-se em um imaginário excludente, que considerava o povo incapaz de compreender a “alta política” e relegava as classes populares à marginalidade social e simbólica. O resultado foi uma escola que, em vez de universalizar o saber, reforçou fronteiras sociais e culturais.

Autores como Nagle (1977, 2001) e Schelbauer (1998) enfatizam que o debate sobre a educação popular, embora recorrente, raramente se materializou em políticas efetivas. A instrução pública continuou sendo privilégio de poucos, e as tentativas de universalização do ensino foram permeadas por concepções higienistas e moralizadoras, conforme aponta Carvalho (1998). Essas práticas reforçavam a distinção entre as infâncias “civilizadas” pertencentes às elites urbanas e as infâncias “perigosas”, associadas à pobreza, ao trabalho infantil e à marginalidade.

Contudo, ao mesmo tempo em que a escola pública operava como espaço de exclusão, ela também se configurava como lugar de resistência e reinvenção, sobretudo entre as camadas populares. Estudos como o de Araújo (2011) demonstram que, mesmo em condições precárias, a presença das crianças pobres e trabalhadoras nas escolas criava tensões e abria brechas para novas formas de sociabilidade e aprendizagem. Essas experiências desafiaram a lógica elitista do ensino e revelaram a infância como sujeito ativo da história educacional.





A análise dos resultados também dialoga com Saviani (2008) e Vieira (2008), que compreendem a história da educação brasileira como marcada por projetos contraditórios ora voltados à emancipação, ora à manutenção da ordem social. Nesse sentido, o período republicano consolidou tanto avanços institucionais quanto permanências estruturais de desigualdade. O modelo de escola pública que emergiu buscava formar cidadãos disciplinados, produtivos e moralmente adequados aos ideais republicanos, como também apontam Gonçalves Neto (2012) e Gondra e Schueler (2008).

Assim, os resultados indicam que o projeto educacional republicano, embora revestido de um discurso de democratização, operou como instrumento de controle social, restringindo o acesso ao saber e naturalizando hierarquias. Entretanto, ao resgatar as práticas, vozes e experiências das infâncias subalternizadas, evidencia-se que a escola também foi espaço de enfrentamento e de construção de novas identidades sociais.

Essas conclusões inserem-se em um debate mais amplo sobre o papel histórico da educação na formação da sociedade brasileira. Conforme Bobbio (1998) e Duverger (1986), toda instituição política reflete as disputas em torno do poder e da cidadania e a escola pública, no caso do Brasil republicano, foi um espelho das contradições de um projeto de nação que aspirava à modernidade sem romper com seu passado excludente.

Dessa forma, compreender a escola pública como espaço simultaneamente de resistência e exclusão permite revisitar criticamente as origens das desigualdades educacionais que persistem até hoje, reafirmando a importância da História da Educação como campo de reflexão sobre as continuidades e rupturas que atravessam o ideal democrático de ensinar e aprender.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu constatar que a escola pública no Brasil republicano se configurou como uma instituição permeada por contradições profundas. O ideal de democratização do ensino, presente nos discursos políticos e jurídicos da época especialmente após a Constituição de 1891, foi acompanhado por uma estrutura social excludente, marcada por hierarquias de classe, raça e gênero. Nesse sentido, os resultados alcançados confirmam o objetivo central do estudo: compreender como a escola pública foi simultaneamente espaço de resistência e exclusão, refletindo os limites do projeto republicano de cidadania.

A pesquisa revelou que, embora o regime republicano tenha promovido reformas educacionais relevantes, como as propostas de Ruy Barbosa (1947) e o debate em torno da descentralização federativa (Cury, 2010a; Sucupira, 2005), a efetivação de uma educação pública de qualidade permaneceu restrita a uma minoria urbana. A literatura analisada —





especialmente Nagle (2001), Carvalho (1990) e Vieira (2008) demonstra que o ensino primário foi instrumentalizado como forma de controle social, direcionado à formação de sujeitos disciplinados e moralmente ajustados aos valores republicanos.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a escola reproduzia as desigualdades, ela também se tornou um campo de disputas e invenções. Como apontam Araújo (2011) e Saviani (2008), as crianças das classes populares não foram meras receptoras das normas escolares; elas interagiram, resistiram e ressignificaram o espaço educativo, conferindo-lhe novos sentidos. Essa dimensão de resistência, identificada nas práticas cotidianas e nos registros escolares, revela a potência transformadora da infância e a complexidade da experiência educacional no período.

No plano historiográfico, este trabalho contribui para o campo da História da Educação ao reforçar a importância de compreender a escola pública não apenas como aparato institucional, mas como espaço de produção de subjetividades, disputas simbólicas e práticas sociais. No campo educacional, amplia o debate sobre a persistência das desigualdades estruturais, demonstrando que muitos dos desafios atuais como o acesso desigual, o fracasso escolar e a marginalização das infâncias pobres têm raízes históricas profundas, consolidadas na Primeira República.

Do ponto de vista social, a pesquisa reafirma a relevância de revisitar criticamente o passado para compreender o presente. A escola pública, mesmo diante de suas limitações, continua sendo um espaço de esperança e de luta por direitos. Ao recuperar a trajetória histórica das infâncias subalternizadas, o estudo contribui para fortalecer a perspectiva de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática, comprometida com a superação das desigualdades e com a construção de uma cidadania plena e emancipatória.

5. AGRADECIMENTOS/ AGÊNCIA DE FOMENTO

Os mais sinceros agradecimentos à CAPES pela bolsa de fomento recebida para cursar Doutorado em Educação.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M. A educação escolar da criança que se fez indispensável (São Paulo e Nordeste do Brasil, 1890,1910). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES/SBHE, 2011. p. 1–19.

BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras completas**. Vol. X, tomos I–IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.





BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Vol. 1. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte de 1891. Disponível em: http://www.historiadobrasil.net/brasil_republicano/constituicao_1891.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

CARVALHO, J. M. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924–1931). Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CAVALCANTI, A. **Regime federativo e a República brasileira**. Brasília: UNB, 1983.

COSER, I. Federal/federalismo. In: FERES JÚNIOR, J. (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009. p. 91–118.

CURY, C. R. J. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (orgs.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010a. p. 149–168.

CURY, C. R. J. Cidadania republicana e educação: Governo Provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890–1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CURY, C. R. J. República, educação, cidadania: tensões e conflitos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 31–43, 2010b.

DUVERGER, M. Institutions politiques et droit constitutionnel. In: SILVA, F. C. V. (org.). **Droit constitutionnel et institutions politiques**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 396–469.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2008.

FONSECA, A. F. **O poder executivo na República brasileira**. Brasília: EdUNB, 1981.

GONÇALVES NETO, W. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. In: GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. (orgs.). **O município e a educação no Brasil**: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012. p. 23–42.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.





NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (dir.). **História geral da civilização brasileira**: Brasil republicano – sociedade e instituições (1889–1930). Vol. 2, tomo III. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 259–291.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHELBAUER, A. R. **Ideias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SILVEIRA, R. M. G. **Republicanismo e federalismo**: um estudo da implantação da República Brasileira (1889–1902). Brasília: Senado Federal, 1978.

SUCUPIRA, N. O ato adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes brasileiras** (1823–1988). Campinas: Autores Associados, 2005. p. 55–68.

VIEIRA, S. L. **Desejos de reforma**: legislação educacional no Brasil – Império e República. Brasília: Líber Livro, 2008.

